

**A. I. N°** - 232939.0205/03-4  
**AUTUADO** - CAMALEÃO COMÉRCIO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.  
**AUTUANTES** - MARIA ROSALVA TELES e JOSÉ SÍLVIO DE OLIVEIRA PINTO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 14/05/2003

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0151-03/03

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. DESTINATÁRIO COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Na situação em análise, houve equívoco do emitente do documento fiscal, não se caracterizando a irregularidade apontada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 03/02/03, para exigir o ICMS no valor de R\$3.684,38, acrescido da multa de 100%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada, conforme o Termo de Apreensão e Ocorrências n° 232939.0211/03-4, acostado às fls. 4 e 5 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 26), alegando que:

1. possuía matriz em Lauro de Freitas-Bahia e duas filiais em Salvador – Bahia, sendo que, de forma espontânea e por sua iniciativa, “foram solicitadas extinção (sic) junto às Inspetorias Fiscais de seus domicílios (cópia das petições em anexo) e transferência de sua matriz para domicílio em Salvador – Bahia à Av. Otávio Mangabeira, 6.000 – Aeroclube Plaza Show;
2. adquiriu mercadorias à empresa Bonifor Confecções Ltda. e esta, ao emitir a Nota Fiscal n° 3765, datada de 23/01/03, somente efetuou a alteração do endereço do destinatário, mantendo inadvertidamente o CNPJ e a inscrição estadual de uma de suas filiais, cujos dados constavam em seu cadastro, não atentando para as demais alterações por ele solicitadas. Diz que as citadas modificações podem ser observadas através da 5ª Alteração Contratual e do Processo de Baixa entregue em 07/10/2002 na Inspetoria Fazendária;
3. por inobservância do remetente das mercadorias, apenas o endereço constante da nota fiscal estava correto, tendo sido transcritos de forma equivocada os demais dados – CNPJ e Inscrição Estadual – já não mais válidos perante a SEFAZ/BA.

Conclui que não teve intenção de infringir a legislação e requer que o presente Auto de Infração seja julgado improcedente.

A auditora designada para prestar a informação fiscal, às fls. 40 e 41, afirma que não assiste razão ao autuado, pois embora o contribuinte tenha procedido, em data anterior à autuação, ao pedido de baixa da inscrição de duas filiais e a alteração de endereço da matriz para o local onde funcionava uma das referidas filiais, não há nos autos nenhuma comprovação de que houve equívoco do fornecedor ao fazer constar, na Nota Fiscal n° 3765, os dados da empresa cancelada,

não tendo havido, sequer, a apresentação de carta de correção, que implicasse reconhecimento, por parte do remetente, do alegado equívoco.

Afirma que, não havendo comprovação da destinação das mercadorias para a empresa ativa, ou comprovação das entradas das mercadorias no respectivo estabelecimento, subsiste a infração apontada na autuação. Por fim, opina pela procedência do Auto de Infração.

## **VOTO**

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS, por antecipação, relativamente à aquisição de mercadorias em outros Estados, tendo em vista que o contribuinte estava com sua inscrição cancelada no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

O autuado alegou que houve um equívoco do emitente da Nota Fiscal nº 3765 (fl. 7) que indicou a razão social e o endereço corretos, mas o CNPJ e a inscrição estadual de uma de suas filiais já baixadas. Esclarece que possuía matriz em Lauro de Freitas-Bahia e duas filiais em Salvador – Bahia, sendo que, de forma espontânea, solicitou a baixa das filiais, junto às Inspetorias Fiscais de seus domicílios, e a transferência de sua matriz para o endereço na Av. Otávio Mangabeira, 6.000 – Aeroclube Plaza Show, em Salvador – Bahia.

Analisando o documento fiscal, constata-se que, efetivamente, consta a razão social e o endereço do estabelecimento que se encontra com sua situação cadastral regular, mas os nºs de CNPJ e inscrição estadual do contribuinte já baixado, o qual era situado na Rua da Graça, 30 – Graça, em Salvador – Bahia. Observe-se, ainda, que, no campo “Dados Adicionais” da mencionada Nota Fiscal foi indicado o seguinte: “ENDEREÇO DE ENTREGA: CAMALEÃO E PROD. ARTÍSTICAS – AV. OTÁVIO MANGABEIRA, 6000 LOJA G/101A AEROCULUBE PLAZA SHOW BAIRRO: BOCA DO LOBO – SALVADOR – BA”, o mesmo endereço constante no campo “destinatário”.

Sendo assim, estou convencida de que realmente houve um equívoco do fornecedor, ao indicar os nºs do CNPJ e da inscrição estadual de outro estabelecimento do contribuinte, considerando, inclusive, a ocorrência de alterações cadastrais nos diversos estabelecimentos do autuado, o que poderia causar certa confusão em fornecedores estabelecidos em outros Estados, não podendo ser exigido o ICMS no presente caso.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 232939.0205/03-4, lavrado contra **CAMALEÃO COMÉRCIO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de maio de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA